

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 083, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar imóveis de sua propriedade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação dos imóveis abaixo descritos:

I – Imóvel matriculado sob o nº 59600 do Registro de Imóveis de Guaíba, contendo a seguinte descrição: ÁREA “D” - Uma área de terras denominada Área “D” com superfície de 12.326,76m², situada na antiga Fazenda Flor do Conde, hoje BAIRRO INDUSTRIAL do município de Eldorado do Sul/RS;

II – Imóvel matriculado sob o nº 59601 do Registro de Imóveis de Guaíba, contendo a seguinte descrição: Uma área de terras denominada Área “E” com superfície de 12.326,60m², situada na antiga Fazenda Flor do Conde, hoje BAIRRO INDUSTRIAL do município de Eldorado do Sul/RS

Art. 2º A alienação será feita mediante licitação, na modalidade concorrência, tipo maior oferta, tendo como valor mínimo o apurado na avaliação anexa, que faz parte integrante deste Lei.

Art. 3º O vencedor poderá efetuar o pagamento da seguinte forma:

I – pagamento à vista; ou
II – parcelado em até 10 (dez) vezes, mediante entrada de 40% (quarenta por cento) do valor.

Parágrafo único. O pagamento parcelado como descrito no inciso II do presente artigo deverá haver a incidência, em cada parcela requerida pelo vencedor, de atualização monetária pelo índice oficial do Município mais juros legais de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 4º A responsabilidade pelas despesas de escritura pública e do Registro de Imóveis atinentes à transferência dos bens descritos no art. 1º, bem como pelo pagamento do imposto de Transmissão – ITBI, ficarão a cargo dos compradores.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 22 de setembro de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROGÉRIO DIAS PEREIRA
Secretário da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 083, de 22 de setembro de 2015, que ***“Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar imóveis de sua propriedade, e dá outras providências.”***

O presente projeto visa buscar autorização do Poder Legislativo para o Poder Executivo alienar duas áreas de sua propriedade. É de se ressaltar que atualmente os imóveis estão sem utilização pela Administração Pública.

A crise financeira que assola todo o país não poupou Eldorado do Sul de sérios prejuízos econômicos, principalmente pela desaceleração da economia, que causa a queda na arrecadação de impostos diretos como ISS (queda de 4,2 milhões em 2015) e IPTU (800 mil reais arrecadados a menos que o previsto).

O Estado do Rio Grande do Sul, que também enfrenta sérios problemas financeiros, deixará de repassar esse ano para o município mais de 400 mil reais, recurso proveniente dos 25% do ICMS que temos direito. Já a União, com diversos cortes sendo realizados a cada dia, deixará de repassar o valor de 2,1 milhões de reais do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Mesmo levando em consideração alguns recursos como o Fundeb, que terão superávit, a queda na arrecadação para o ano de 2015 será maior que 4,5 milhões de reais. Esses valores que deixam de entrar nos cofres do município, já estavam previstos e reservados no orçamento de 2015 para o pagamento de diversas despesas.

Assim, devido a necessidade de concluir os projetos em andamento de infraestrutura e lazer para a comunidade eldoradense, a venda destes imóveis se tornou a melhor alternativa para a Administração Pública.

É de se ressaltar que os imóveis foram avaliados em R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) cada um, sendo estes os valores mínimos a serem aceitos para alienação. Ressalta-se ainda, que a alienação será procedida mediante Edital na Modalidade Concorrência, pelo critério melhor oferta, nos termos da Lei de Licitações (8.666/93)

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a esse projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal